

ORIGENS DO RACISMO

Alaor Chaves

Etnias, estratificação social e escravidão

No passado longínquo o ser humano organizava-se em pequenos grupos altamente consanguíneos e territoriais. Dentro do grupo, cada indivíduo conhecia todos os outros e sabia seu nível de parentesco com quase cada um deles. A seleção darwiniana no nível de grupo levou a relações recíprocas de altruísmo no interior de cada grupo. Para evitar efeitos deletérios da excessiva consanguinidade, casamentos começaram a ser feitos entre membros de grupos vizinhos, nos quais o homem ou a mulher migrava para o outro grupo. É provável que, muito cedo, os humanos tenham percebido o hoje chamado vigor híbrido, que se observa nas crias – humanas ou animais – de pais pertencentes a estoques genéticos distintos. Nesse processo, aglomerados de grupos vizinhos foram se diferenciando geneticamente de outros mais distantes. Formaram-se assim as etnias, que além de compartilhar genes também compartilhavam elementos culturais. Características mínimas na aparência física possibilitavam que os membros das etnias se reconhecessem como tais. Suas culturas – dialetos, costumes, mitos, rituais, valores – eram também diferenciadas das de grupos mais longínquos, o que os levou a se identificar também como povos.

Nos grupos, sempre houve hierarquia, prática comportamental inerente à natureza humana. Com a revolução agrícola, as populações cresceram e membros de cada povo também começaram a se estratificar: uns possuíam terras e rebanhos, outros não. É provável que nessa revolução a escravidão tenha também surgido. Um fato parece endossar essa hipótese: nos povos indígenas caçadores-coletores não existe escravidão, ubíqua nos outros povos. Os aglomerados humanos eventualmente tornaram-se muito grandes e formaram reinos em que a maioria da população era subjugada por um monarca, seus burocratas e seu exército. Os reinos são altamente estratificados, e não se conhece sequer um reino da antiguidade onde não se praticasse a escravidão.

Nas guerras entre reinos, os vencidos quase invariavelmente eram escravizados por toda a vida e geralmente seus filhos também já nasciam escravos. O escravo era uma propriedade do rei, de um templo religioso ou de um cidadão livre. Sendo uma propriedade, o escravo podia ser vendido. Um criminoso ou alguém que não conseguisse pagar suas dívidas também poderia tornar-se escravo. No caso de dívidas, a escravidão, a serviço do credor, em geral tinha caráter temporário.

Exceto no caso de prisioneiros de guerra pertencentes a povos que ainda lutavam contra o vencedor da batalha que deu origem à prisão, os escravos não recebiam os tratamentos cruéis que só surgiram na modernidade. Vários códigos de leis antigos são conhecidos. O mais antigo deles é o Código de Ur-Namu, formulado sob ordens do rei de Ur, na Suméria, por volta de 2050

a.C., no qual fragmentos sobreviventes revelam direitos de escravos. O Código de Hamurabi, formulado sob as ordens deste rei da Babilônia em 1772 a.C., é bastante detalhado. Suas leis diferenciam os direitos dos três grandes estratos da população, e também as penalidades imputadas aos infratores. Uma infração cometida por um escravo contra um homem livre era punida mais severamente do que se fosse cometida por um homem livre contra um escravo, mas as disparidades não são chocantes. No Egito dos faraós, a vida de um escravo só era excessivamente dura se ele trabalhasse em mineração. Era comum egípcios pobres se oferecerem como escravos, com o que muitas vezes melhoravam sua qualidade de vida, e pessoas vinham espontaneamente do exterior para serem escravizadas. A escravidão espontânea era estabelecida por meio de contratos, em geral não vitalícios. As leis dos israelitas lembram as do Código de Hamurabi e, no que se refere à escravidão, e também as leis do império Egípcio. O israelitas, quando escravizados, eram tratados com muito mais amenidade do que os **gentios**. A escravidão de israelitas era temporária e durava no máximo sete anos. O zoroastrismo, criado na Pérsia há pelo menos três mil anos, foi a primeira religião a proibir a escravidão.

Racismo e antagonismo entre etnias

Há muitos milênios, boa parte da humanidade se aglutinou em grandes grupos étnicos. O preconceito, a discriminação e o antagonismo entre esses povos eram universais. Com frequência, o antagonismo entre povos vizinhos gerava guerras, nas quais muitas vezes um povo subjugava o outro como **estado vassalo**. Cada povo se considerava único – e de fato era – e essa consciência de identidade étnica operava como forte elemento de união e lealdade dentro da etnia ou povo. Mas racismo é muito mais do que discriminação e preconceito. O racismo é uma atitude e um sentimento de forte rejeição e perseguição a grupos étnicos, que ultrapassa em muito o antagonismo entre etnias existente no passado. O racista considera quem ele discrimina um ser intrinsecamente inferior a si mesmo. No caso extremo, a etnia discriminada é considerada sub-humana, e incapaz de sentimentos nobres e de realizações intelectuais relevantes.

Proto-racismo na antiguidade clássica

Entre os historiadores, é consensual que o racismo, como o conhecemos hoje, é um fenômeno moderno que nasceu com a colonização das Américas pelos europeus. Discutiremos isso mais adiante. Mas, bem recentemente, surgiu a ideia de que as raízes do racismo se encontram na Grécia, com as primeiras sementes plantadas no século V a.C.. O pioneiro dessa teoria é **Benjamin Isaac**. Nascido em Genebra em 1945, filho de judeus que fugiram da Holanda em 1942, Isaac viveu sua infância sob o assombro do horror nazista, no qual, pela primeira vez o racismo foi estabelecido e ordenado pelo Estado, e entre outras coisas levou ao genocídio de seis milhões de judeus. Educou-se na Holanda e em 1972 foi para Israel, onde fez carreira como professor de história antiga na Universidade de Telaviv. Em 2004 publicou ***The invention of racism in classical antiquity***, um livro de 592

páginas cheio de erudição e de referências (Isaac 2004). Já na introdução, Isaac diz:

“Nenhum dos trabalhos sobre racismo e discriminação étnica que vi e cito afirma que isso precede Colombo e o colonialismo europeu.” E já que ele estava dizendo algo novo e discordante de um consenso científico, buscou amparar sua tese em farta documentação de escritos da Grécia clássica e de Roma, que conquistou a Grécia, mas assimilou sua cultura. Isaac não examina o comportamento dos gregos e romanos frente aos outros povos da época, limita-se ao que os intelectuais dessa era clássica escreveram sobre eles. Conclui que na Grécia e em Roma foi criado o protótipo do racismo moderno, que ele denomina **proto-racismo**. Aponta que os gregos denominavam **bárbaro** todo povo que não fosse grego, e mais tarde os romanos chamavam bárbaros todos que não fossem romanos nem gregos.

Hipócrates (460-377 a.C.) foi, segundo Isaac, o primeiro a formular uma teoria ambientalista da diversidade física e espiritual dos povos, exposta no livro anônimo **De ares, águas e lugares**, cuja autoria lhe é atribuída. Em comparação aos europeus, diz o autor, os asiáticos de locais livres de calor e frio extremos são maiores, mais uniformes, menos corajosos e mais dóceis. Tudo isso decorre do ar ameno, das boas águas que caem do céu ou brotam da terra, da clemência do sol e parcimônia da neve, que não maltratam a pele, e produzem frutos e animais saudáveis para a alimentação. Em outro trecho da obra, Hipócrates diz: Europeus são incompetentes e estúpidos, enquanto os asiáticos são inteligentes e habilidosos. **Aristóteles** complementa: O clima asiático produz pessoas suaves, inteligentes, mas escravos por natureza. E ainda: As pessoas de clima muito frio são corajosas, mas estúpidas. [...] Os gregos são um meio termo ideal que combina a bravura e liberdade europeia com a inteligência e a competência asiática. Assim, os gregos poderiam comandar todo o mundo. Três séculos depois, no final da República Romana, **Cícero** diz que judeus e sírios nascem para serem escravos, e que essa natureza é imutável.

Mesmo fazendo justiça ao mérito e ao fôlego do trabalho de Isaac, pode-se apontar que se ele abrisse um pouco mais o escopo da sua análise iria talvez reconhecer que o tipo de atitudes e opiniões dos gregos e romanos não são tão singulares. Quase todos os povos da antiguidade, e ainda muitos da modernidade, se consideravam muito especiais. Chineses, indianos, persas, egípcios, sumérios, assírios, babilônios, astecas, incas, hititas, hebreus e tantos outros viam suas culturas como especiais e se orgulhavam delas. Mencionavam os outros povos com desdém, embora não os julgassem intrinsecamente inferiores.

O que possibilitou a Isaac investigar tão bem a visão ambientalista grega, segundo a qual o ambiente molda os povos não só nos aspectos físicos, mas também comportamentais, foi a farta documentação da cultura grega em textos escritos. Na visão moderna, a influência do ambiente sobre a natureza psicológica humana é pseudociência. O ambiente influencia, de forma adaptativa, as características físicas do ser humano. Em particular, a pouca insolação das altas latitudes boreais clareou a pele, os cabelos e os olhos do homem que emigrou da África para o norte, e também estreitou e alongou seu nariz para aquecer o ar frio. Mas a natureza psicológica do *Sapiens* é universal, e seu comportamento é em alto grau moldado pela cultura, não pelo ambiente. Como apontou **Jared Diamond** (2005), a revolução agrícola nasceu de forma

autônoma principalmente nos locais onde o clima desenvolveu gramíneas de sementes grandes, e havia herbívoros de bom porte domesticáveis. Essas duas condições combinaram-se de forma singular no Oriente Médio, principalmente no Levante, onde por isso nasceram as primeiras civilizações.

A civilização grega foi a mais especial da antiguidade, e marcou-se pela afirmação do indivíduo. Até então, a história quase só falava de reis e de exércitos; na Grécia o indivíduo aparece pela primeira vez como protagonista. A Grécia inventou a democracia porque antes descobriu o indivíduo. Não se sabe ao certo o que levou a esse fenômeno. Mas pode ser que a completa fragmentação da Grécia em cidades-estados (*poleis*) tenha sido um motor dessa revolução. A filosofia, a matemática e a ciência grega nasceram primeiro na Jônia, a costa sudoeste da atual Turquia, que do ponto de vista climático não se diferencia da Fenícia, da Síria, da Jordânia e da própria Mesopotâmia. Espanta que Hipócrates, nascido na ilha de Cós – na Jônia –, tenha desconsiderado essa circunstância, se é que ele foi mesmo o autor de Ares, águas e lugares.

A cultura grega foi muito diversificada, mais ainda nas posições políticas e no que se refere à visão dos estrangeiros. Na península do Peloponeso, ficava Esparta, cidade-estado militarista que não acolhia estrangeiros. Em Ática, extremo sul da Grécia continental, ficava Atenas, que por séculos foi a capital cultural da Grécia, para onde acorriam pessoas de toda a Grécia e do estrangeiro. Há de apontar-se que em cada cidade grega o cidadão era quase que unicamente o homem nascido na própria *polis*. O resto era escravo ou **meteco**, nome dado ao homem livre vindo de fora. Nem mesmo Aristóteles, oriundo da Macedônia – então parte da Grécia –, o mais prestigiado intelectual grego, nunca conseguiu a cidadania ateniense e sempre foi um meteco, com direitos inferiores aos do cidadão.

Do individualismo grego brotaram todos os tipos de opinião, e ninguém concordava com ninguém. Por isso, fazer generalizações sobre o pensamento grego parece um pouco arbitrário. O que há de geral nessa formidável cultura é a valorização da arte, da filosofia e da retórica, com a qual cada indivíduo tinha que defender em público as suas opiniões.

Já do lado leste do mar Egeu, ficava a estreita costa e as ilhas que compunham a jônia, de cultura grega, e depois dela o Oriente Médio, com história anterior de muitos milênios; na época era dominado pelo Império Aquemênida, criado pelos persas. A visão negativa dos gregos em relação à cultura asiática parece só ter aparecido após o início das **Guerras Médicas**, principalmente após a batalha de Maratona em 490 a.C.. Antes disso, proeminentes jônicos, como **Tales de Mileto** e **Pitágoras**, haviam visitado o oriente, especialmente o Egito, em busca de aprendizado de astronomia, geometria e metrologia.

Em 332 a.C., o macedônio **Alexandre Magno** conquistou o Império Aquemênida e fundou o Império Macedônio. Alexandre escolheu a cidade de Babilônia como capital do seu império, e adotou vários costumes persas, o que gerou atritos com seu mentor Aristóteles. A política de Alexandre foi espalhar a cultura helênica pelo mundo, o que deu origem ao chamado **helenismo**. Casou-se com a filha de **Dario III**, que ele havia derrotado, e concedeu à sua viúva status de imperatriz. Induziu cerca de dez mil dos seus soldados e oficiais a se casarem com moças locais. Ao conquistar o Egito, Alexandre fundou ao lado esquerdo da foz do rio Nilo a cidade de Alexandria, projetada para ser a

capital da cultura helênica. A biblioteca de Alexandria foi a maior e mais importante da antiguidade e nela trabalharam gregos ilustres como **Euclides**, **Hiparco**, **Erastóstenes** e **Arquimedes**.

Sendo professor de história na Universidade de Telavive, Isaac não ignorava que os hebreus denominavam **gentio** toda pessoa que não fosse membro do seu povo, e foram os primeiros a dizer que ‘**não há deus exceto o nosso Deus**’, um tipo de discriminação jamais encontrado nas culturas grega e romana. Os hebreus têm sua epopeia narrada na **Bíblia**, o livro mais influente da história. **Jack Miles** tratou a Bíblia como uma obra literária, e com ela traçou o caráter instável do deus hebraico em um uma obra que ganhou o prêmio Pulitzer (Miles [1995], 2009). Já escrito o Velho Testamento, Deus se encarna em seu filho **Jesus Cristo**, para quem seu pai era também o pai de todos os humanos, não apenas dos membros de um povo eleito. Miles analisa as inovações rebeldes de Cristo e as descreve como uma crise na vida de Deus (Miles 2001). Nasceu assim o **cristianismo**, uma nova doutrina predestinada a entrar em choque com o **judaísmo**.

Yuval Noah Harari, professor de história da Universidade Hebraica de Jerusalém, escreveu quatro livros de grande sucesso. No último deles (Harari 2018, cap. 12), descreve e deplora a tendência de quase todo povo a considerar-se a luz do mundo, em alguns casos até mesmo a razão pela qual o universo não se desintegra. Descreve com mais detalhes o seu próprio povo judeu. Literalmente, diz: “De um ponto de vista ético, o monoteísmo foi sem dúvida uma das piores ideias na história humana.” O monoteísmo é hoje proclamado por três religiões, o judaísmo, o cristianismo, gerado pelo próprio judaísmo, e o **islamismo**, muito influenciado por ele. São intolerantes por natureza. O paganismo politeísta dos gregos, romanos e de outros povos do Oriente Médio, era tolerante. Cada um tinha os seus deuses e respeitava os deuses dos outros. As religiões asiáticas, como o budismo, o hinduísmo, o xintoísmo, o taoísmo, são igualmente tolerantes. O budista pode também cultivar outras religiões, isso não reduz sua espiritualidade.

O cristianismo, exatamente por ter um caráter universal – não apenas tribal – rapidamente conquistou muito mais seguidores do que o judaísmo. Já no século IV, o imperador **Constantino** converteu-se ao cristianismo e logo a perseguição religiosa propagou-se por todo o império romano. Em toda a história do cristianismo, os judeus, sempre ínfima minoria, foram implacavelmente discriminados e perseguidos. Não tardou que surgissem os islâmicos, também perseguidores de judeus. Há muito não há uma etnia judaica, que se miscigenou com outras etnias e tornou-se fisicamente indistinguível dos povos locais. O povo judeu existe como uma cultura. Nem todos os membros dessa cultura praticam o judaísmo, mas todo o povo é igualmente discriminado e perseguido. Esse parece ter sido o verdadeiro protótipo do racismo que surgiu na modernidade.

O colonialismo europeu

Logo ao iniciar a colonização das Américas, os europeus, tiveram posições racistas em relação aos nativos. A maior parte destes morreu infetada por germes para os quais não tinham imunidade, os restantes foram discriminados como seres intrinsecamente inferiores, muitas vezes escravizados ou assassinados. Os europeus ainda não tinham colonizado a

África, pois não conheciam o quinino, que combate os efeitos da malária. Mas haviam participado do tráfico de escravos africanos para o mundo árabe, iniciado no século IX. Não tardou que começassem a trazer africanos para trabalhar como escravos nas plantações que cultivavam nas colônias americanas. Exploraram para isso o conflito endêmico entre as etnias da África. Africanos caçavam seus inimigos para entregá-los aos traficantes europeus na costa oeste do continente. Em troca, recebiam bens diversos, inclusive armas de fogo para capturar mais escravos. Durante três séculos, cerca de 16 milhões de escravos foram embarcados em navios de vários países colonialistas europeus, e para cada três escravos entregues aos traficantes dois eram mortos nas escaramuças de captura (White 2012).

Os maus tratos dados aos escravos nas Américas não têm paralelo conhecido na história da escravidão. A escravidão de africanos nas Américas gerou o racismo, como o conhecemos hoje. Os brancos europeus que exploraram os escravos eram cristãos, e para aplacar suas consciências, que lhes dizia só ser correto torturar e matar hereges, tiveram de convencer-se de que os africanos eram seres subumanos: uma forma torpe de escapismo. Nos séculos XVII e XVIII, até mesmo os iluministas europeus e americanos tornaram-se racistas. Criaram o chamado **racismo científico**. Voltaire, David Hume e até o rigoroso Kant tornaram-se campeões do racismo e preconceito contra africanos. Segundo Kant, “Os negros da África, por natureza, não têm sentimentos que se elevem acima do trivial.” Hume generalizou seu racismo: “Os negros, e em geral todas as outras espécies de homens (pois há três ou quatro diferentes tipos), são naturalmente inferiores aos brancos”. Thomas Jefferson, um dos expoentes do iluminismo nas Américas, tinha escravos e achava justificativas ‘racionais’ para essa prática.

O cristianismo não tem índole racista. Allan Kardec, fundador do espiritismo moderno, foi pregador de um racismo exacerbado, mas o racismo explícito parece não ter existido entre os clérigos cristãos. Com isso, muitos deles, principalmente os católicos, dedicaram suas vidas à catequese dos escravos negros e dos nativos das Américas. Tiveram sucesso, pois muitos afrodescendentes e descendentes de nativos americanos são cristãos. Os EUA são hoje a nação mais religiosa do mundo. Nas incontáveis igrejas do país, a segregação racial é especialmente marcante. Nas escolas, essa separação tem decrescido, embora lentamente, em decorrência de leis e de cotas para minorias, mas essas não se aplicam aos bancos das igrejas. Quem frequentar bairros negros das pequenas cidades americanas irá ver muitas igrejas, cuja simplicidade não atrai turistas, e cujas paredes de madeira deixam passar o som de cantos religiosos. Nelas, negras e negros, com a voz e a musicalidade inconfundível dos africanos, esticam as vogais para mais enfatizar sua devoção. Se o curioso entrar numa delas, não ouvirá muitos sermões, pois os presentes se expressam principalmente pela música. Aos afrodescendentes norte-americanos sequer importa que seu cristianismo lhes foi passado por ascendentes escravos, que por sua vez o aceitaram como uma doutrina imposta. Toca-lhes o coração a palavra de Cristo ensinando que perante Deus todos os homens são iguais, e que no seu reino os primeiros serão os últimos. Seu irmão, o pastor **Martin Luther King** confessou seu sonho de um mundo onde todos viveriam em paz e igualdade, mas seu fim foi a morte por uma bala oriunda de um branco.

O racismo é uma forma cruel de brutalidade que se manifesta em vários graus, desde a violência física até o preconceito, às vezes sutil, que no dia-a-dia afeta pessoas não brancas, causando-lhes humilhação e sofrimento. No plano político-social, essa discriminação relega quase todos os não brancos ao abandono, à falta de boa educação e à pobreza. Esse é um dos maiores problemas do nosso tempo. Não há qualquer justificativa científica para a discriminação étnica de povos e pessoas. Tendo passado por um estreito gargalo populacional há cerca de setenta mil anos, o *Homo sapiens* tem variabilidade genética muito baixa, de longe a mais baixa encontrada entre os mamíferos. A migração do *sapiens* para a eurásia, logo após esse gargalo, só incluiu parte do estoque genético do homem africano. Decorre disso que a variabilidade genética interna da população subsaariana é muito maior do que a variabilidade externa entre africanos e não africanos. De um modo geral, a variabilidade genética interna de qualquer etnia é bem maior do que a verificada entre as etnias. Esta é tão minúscula que a maioria dos geneticistas considera que o conceito de raça não se aplica ao ser humano. A genética não é útil para classificar os blocos de povos, exceto no que se refere à predisposição a algumas doenças. E, o que é ainda mais importante, não há diferença mensurável entre os dons intelectuais dos diferentes povos. Em mais um ponto importante, a ética humana está muito desatualizada. Todas as diferenças verificadas de desempenho são decorrentes da cultura. Para atualizar nossa ética e eliminar o racismo, é indispensável que as leis sejam modernizadas, que toda discriminação seja punida e que políticas de inclusão sejam fortes o bastante para que todos os humanos tenham de fato as mesmas oportunidades.

Referências

- Diamond, Jared (2005) *Armas, germes e aço*. Editora Record.
- Harari, Yuval Noah (2018). *21 lições para o século 21*. Companhia das Letras.
- Isaac, Benjamin (2004). *The invention of racism in classical antiquity*. Princeton University Press.
- Miles, Jack (2001) *Christ: a crisis in the life of God*. Vintage Books.
- Miles, Jack (2009). *Deus, uma biografia*. Companhia das Letras.
- White, Mathew (2012). *Atrocities: the 100 deadliest episodes in Human history*. W.W. Norton & Company.